



**MOSTEIRO**  
**DE SÃO**  
**MARTINHO**  
**DE MANCELOS**

AMARANTE



**MOSTEIRO**  
**DE SÃO**  
**MARTINHO**  
**DE MANCELOS**

AMARANTE



Planta.

## PREÂMBULO HISTÓRICO

O topónimo Mancelos aparece na “Carta da Província de Entre-Douro-e-Minho”, datada de 1729 e executada para a obra *Mapa de Portugal antigo e moderno*, de João Bautista de Castro (1762). Situado nas proximidades de Amarante, que a carta individualiza e faz sobressair através do desenho de uma estrutura defensiva de forma circular que nunca existiu, Mancelos surge graficamente como a memória de um Mosteiro e um couto, cuja importância e autonomia persistiram na memória regional e nacional, apesar da sua extinção e incorporação noutros estabelecimentos monásticos. A memória, facultada pela tradição, pelas pedras e por documentos, foi assim vertida à primeira cartografia seguindo esta lógica de importância, nem sempre compreendida geograficamente, mas que uma análise da memorialística humanista e do iluminismo ajudariam a explicar.

O facto de se associar a Mancelos, como a tantos outros institutos monásticos do período fundacional da nacionalidade, o nome do monarca Afonso Henriques, revela o interesse em legar para a posteridade a importância da sua criação, ainda que este momento careça por vezes dos necessários documentos. Todavia, a implantação do edifício e a extensão do remanescente são testemunhos concretos da importância e da necessidade da sua fundação: assegurar o controlo social e económico de uma região onde confluíam já no século XII – cronologia atribuída ao seu nascimento – vários interesses políticos.

351



Província de Entre-Douro-e-Minho (adaptada de Castro, 1762).



Vista aérea.

Erguido na orla da veiga do ribeiro da Cruz, Mancelos é assim testemunho do interesse que os poderes senhoriais e eclesiásticos tinham em explorar convenientemente uma região onde se cruzavam limites e jurisdições. Se na Idade Média Mancelos integrava a terra de Sousa, aparece no período moderno como couto sob a influência do concelho de Santa Cruz de Ribatâmega. Próximo a Amarante e dos limites da diocese de Braga, onde se incluiu até ao século XIX, acabou por tremer ante a interferência dos familiares dos padroeiros e cair na sequência da gestão comendatária, sendo em 1540 doado por D. João III (r. 1521-1557) aos dominicanos de Amarante.

Embora se atribua a fundação do Mosteiro de Mancelos ao casal Mem Gonçalves da Fonseca (dos de Ribadouro) e Maria Pais Tavares<sup>1</sup>, que viveram durante o reinado de D. Sancho II (r. 1223-1245), é provável que o mesmo estivesse na esfera de influência dos Portocarreiros. As narrativas genealógicas referem D. Raimundo Garcia (segundo elemento conhecido daquela linhagem, documentado entre 1129 e 1152), como “o que deu grand’algo a Mancelos” (Sotomayor-Pizarro, 1997: 912). Pelo menos em 1120 o cenóbio já existia, como especifica a Bula de Calisto II (p. 1119-1124), a propósito dos termos da diocese do Porto (Ribeiro, 1810-1836: 6).

<sup>1</sup> Uma das elegias redigidas sobre a relação deste casal com Mancelos é a que verteu em forma de letra Francisco Craesbeeck (1992: 231). Segundo este memorialista, o topónimo “Mancelos” proviria do nome e apelido do fundador “Mem Gonçellos” (Mem Gonçalves), da honra de Fonseca, que aqui teria edificado o seu solar (não obstante titular-se natural de Fonseca, em São Martinho de Mouros (Resende), o que desde logo causa estranheza).

É, pois, conjeturável que a sua fundação remonte ao primeiro quartel do século XII, durante o período de vida de Garcia Afonso e Elvira Mendes, primeiros da linhagem dos Portocarreiros<sup>2</sup>. Foi aos descendentes destes, nomeadamente aos FONSECAS, que Mancelos passou como padroado e espaço eclesial familiar, verdadeiro paradigma das igrejas próprias<sup>3</sup>. Efetivamente, no século XIV são em número verdadeiramente impressionante os familiares deste Mosteiro, que nele reclamavam direitos e réditos<sup>4</sup>. Entre o conjunto de bens incluíam-se as capelanias anexas, entre as quais se encontra a da Ermida do Douro (Cinfães), na margem sul do Douro<sup>5</sup>.

Embora se reconheça a autoridade dos cónegos regrantes de Santo Agostinho na posse inicial do Mosteiro, a própria ordem, na sua crónica, revela o desconhecimento quase absoluto da origem do espaço monástico, o que não deixa de ser revelador das estratégias de fundação privada, mais preocupadas com o domínio territorial do que com a criação de polos difusores de evangelização.

No século XV, o Mosteiro foi várias vezes pouso para o arcebispo de Braga, D. Francisco da Guerra (?-1467) e seu séquito. De Mancelos, o arcebispo, ao mesmo tempo comendador do instituto monástico, lidou com a questão da regência, na sequência do falecimento do monarca D. Duarte I (r. 1433-1438). Regista-se a sua presença neste Mosteiro entre as décadas de 1430 a 1460, sendo portanto local privilegiado para os percursos e visitas do ativo antístite e talvez dos seguintes (Marques, 1978: 89-182).

Em 1540, D. João III (r. 1521-1557) doou Mancelos aos religiosos de São Gonçalo de Amarante, ato confirmado pelo papa Paulo III (p. 1534-1549) dois anos depois. Para o convento amarantino passavam os direitos relativos ao couto, onde existia juiz, procurador e ouvidor que atuavam no âmbito do cível, pois, no crime, ia às justiças de Santa Cruz de Ribatãmega.

Francisco Craesbeeck resume e justifica de forma bastante clara a cedência de Mancelos: “foi com obrigação de satisfazer as que tinham os conegos delle e de dar o Provincial frades para a Índia, Brasil e mais conquistas do Reino, e de pregarem e doutrinarem aos moradores e vizinhos do dito couto e freguesia” (Craesbeeck, 1992: 232), ou seja, passando para a esfera dos dominicanos os réditos e direitos do velho instituto, auxiliava o serviço catequético da ordem e, especificamente, o florescimento da sua casa de Amarante.

A partir do século XVI, Mancelos tornar-se-á um polo da ação administrativa e evangelizadora dos Pregadores de São Gonçalo de Amarante, que se torna um dos complexos monásticos mais importantes daquela ordem, em Portugal.

<sup>2</sup> Sobre este casal pouco se sabe, apenas que terão tido dois filhos, o já referido Raimundo e Monio Garcia (Sotomayor-Pizarro, 1997: 912).

<sup>3</sup> Sobre as igrejas próprias ver Oliveira (1950: 126 e ss).

<sup>4</sup> A este respeito veja-se a obra de Sotomayor-Pizarro (1997) que cita vários indivíduos descendentes das linhagens dos Portocarreiros e dos Ribadouro como familiares de Mancelos. Estes foram compilados por São Paio (1987: 45-71).

<sup>5</sup> José Marques (1988: 809) di-la na terra de Panoias, mas trata-se da ermida de Dom Pinho, depois igreja de São Pedro, paróquia na margem sul do Douro, termo de Ferreiros de Tendais.



Fachada ocidental.

## O MONUMENTO NA ÉPOCA MEDIEVAL

A Igreja de Mancelos apresenta um desenvolvimento planimétrico longitudinal, definido por uma considerável diferenciação de volumes, onde se destaca a nave retangular, mais alta que a capela-mor e a galilé, estas últimas com planimetria quadrangular. Quebrando de forma evidente este desenvolvimento longitudinal, a torre sineira que se adossa à galilé, pelo lado sul, assume-se como um elemento vertical, destacando-se assim na paisagem envolvente. Em primeiro lugar, este conjunto monumental diferencia-se pelo facto de integrar esta volumosa torre, mas também e fundamentalmente porque conserva a galilé fronteira à fachada principal, abrigando assim o portal.

O Mosteiro de Mancelos foi construído num lugar onde prevalece, ainda hoje, a atividade agrícola, conforme se comprova pela paisagem envolvente, caracterizada pelo uso rotativo de pequenas parcelas que, a par com a pastorícia, indiciam uma utilização intensiva dos terrenos. Desde sempre, e particularmente na Idade Média, que os mosteiros se mostraram muito atraídos pelos férteis terrenos agrícolas, daí advindo a sua subsistência primeira. E estes, tanto melhores se mostravam se permitiam ainda a prática da pastorícia e se, nas suas proximidades, possuíam bosques para o fornecimento da tão fundamental madeira... Conforme nos explica

João de Barros, à roda de 1549, no vale onde foi erguido o “Mosteiro de Mançelos, de Conigos Regrantes da ordem de Sancto Agostinho, havia muita abundancia de Vinho uerde e muitas aruores que dà cada oito e dez almudes de Vinho” (Barros, 1919: 77).

Embora tenha sofrido diversas transformações ao longo dos séculos, esta Igreja conserva ainda significativas parcelas da época românica. A existência de uma inscrição gravada num silhar avulso, que ainda hoje se conserva em espaço anexo à Igreja, onde outrora se erguia o claustro, junto da sacristia, remete-nos para o ano de 1166 (Barroca, 2000: 314-315). Não nos podemos esquecer que este cenóbio se encontrava já datado desde 1120, pelo menos. Nesta inscrição podemos ler: IN ERA M<sup>a</sup> CC<sup>a</sup> IIII<sup>a</sup>.



Claustro. Inscrição.

Todavia, como apenas alude a uma data, “Era de 1204”, esta epígrafe nada nos indica quanto à natureza do evento comemorado, tanto mais que se encontra hoje descontextualizada. Mas, segundo Mário Barroca, há um aspeto que é preciso ter em consideração e que é precisamente o da sua qualidade epigráfica, certamente concedida segundo uma “ordinatio”, ou seja, respondendo a uma paginação e forma específicas, previamente delineadas (Barroca, 2000: 107 e ss). Era recorrendo a pincel e tinta, a carvão, a ponta seca ou mesmo a cinzel que as letras eram marcadas no suporte, respondendo à mancha gráfica pretendida. No caso desta inscrição, há vários aspetos que levam a conjecturar a existência da “ordinatio”: o carácter regular dos caracteres que definem uma letra equilibrada e elegante e que se centram no espaço delimitado pelas duas linhas definidoras da altura da regra. É, pois, por esta razão que se considera que este letreiro poderá memorar algum momento particularmente importante do monumento, talvez a “Sagração” ou a “Dedicação” da obra românica (Barroca, 2000: 315).

Assim sendo, confrontando esta cronologia com os vestígios românicos remanescentes em Mancelos, que nos falam de uma época mais avançada, cremos ser mais seguro afirmar estarmos diante de um edifício que, a determinada altura do século XIII, foi alvo de uma profunda obra de reconstrução. Ou, em alternativa e conjecturando, perante o facto de que este edifício foi alvo



de profundas transformações durante a Época Moderna, poderá esta epígrafe ter pertencido de facto à capela-mor, aceitando assim a ideia de que comemora um ato de sagração ou de dedicação? Se tivermos presente a morosidade da construção românica, não podemos deixar de lançar a hipótese de ter sido este edifício iniciado ainda em meados do século XII, sendo a sua capela-mor aberta ao culto após a sua dedicação e sagração, possivelmente em 1166. Uma interrupção da fábrica construtiva ou uma evolução com um ritmo mais lento, ao nível da edificação da nave, poderá justificar plenamente o carácter tardio do portal que, não nos surpreende, mais de um século depois, apenas, viria a ser finalizado. Colocam-se aqui várias hipóteses que só fontes documentais poderão vir um dia a esclarecer. Mas, na ausência destas, nada melhor do que o próprio monumento, testemunho material de suma importância, para nos facultar inúmeras informações.

A galilé assume-se como um corpo extremamente simples. Rasgada por um arco com ligeira quebra que permite o acesso ao interior, a sua empena é interrompida por um nicho que em tempos terá abrigado uma imagem. Seria do padroeiro, São Martinho? Provavelmente. Tendo em conta a diferença de alturas existente entre a galilé e a fachada da Igreja é possível visualizar bem a empena desta última. Vemos aqui repetido o mesmo jogo de merlões que ornava a galilé (e que recordam o recorte dos modilhões de proa góticos), assim como a existência de uma estreita fresta, que permite a iluminação do interior da nave. No remate angular da empena, uma cruz terminal de recorte barroquizado.

356



Igreja. Fachada ocidental. Galilé. Vista exterior.



Igreja. Fachada ocidental. Galilé. Vista interior.

É no interior da galilé, com cobertura em madeira, que se encontra abrigado o portal principal da Igreja de Mancelos, um dos elementos que melhor nos permite aferir uma cronologia para a fábrica deste edifício. Ligeiramente quebradas, as suas quatro arquivoltas repousam sobre elegantes capitéis onde a escultura, de fino desenho, se prende já bastante ao cesto, aspeto denunciador do gótico que se aproxima. Partindo do modelo criado pelas volutas dos capitéis coríntios, motivos vegetalistas pouco relevados criam uma certa homogeneidade ao conjunto, apesar das diferenças compositivas existentes entre os vários capitéis. Conjugando-se com motivos fitomórficos que desenham enrolamentos, identificamos aqui várias tipologias de folhas estilizadas e abertas ao modo de flor-de-lis<sup>6</sup> e que lembram a Carlos Alberto Ferreira de Almeida alguns exemplares da colegiada de Guimarães<sup>7</sup>. Elaboradas impostas, formadas por elementos boleados que se sobrepõem, confirmam o caráter tardio do conjunto, cuja monumentalidade é reforçada pelos toros diédricos das arquivoltas, elemento de clara origem portuense e que encontramos noutros monumentos como Travanca ou Freixo de Baixo, ambos em Amarante. O arco envolvente mostra-nos uma modinatura decorada com motivos geométricos encadeados. O tímpano liso é sustentado por duas mísulas onde foram esculpidas duas figuras, ao modo de atlantes, uma feminina, outra masculina.

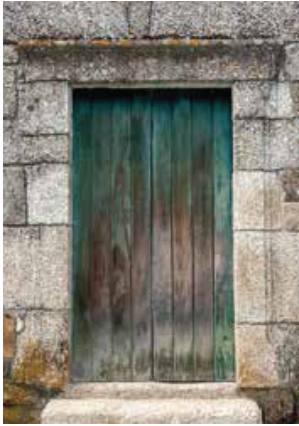


Igreja. Fachada ocidental. Portal. Capitéis e mísula.

6 Parece-nos um pouco exagerada a leitura iconográfica proposta por Lois García (1997: 18-27) para os capitéis deste portal. Do lado direito do observador, partindo do exterior para o interior, o autor identifica um lírio, amendoeiras, uma videira retorcida e um limoeiro. Do lado oposto e no mesmo sentido, uma oliveira, reinterpretções da amendoeira e da videira e, por fim, uma palmeira.

7 De um modo geral, os capitéis do claustro da colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães são considerados já góticos: algumas das suas folhagens são de um grande naturalismo e outros estão na origem dos capitéis-almofada do gótico final (Almeida, 1978: 228, 233).





Igreja. Fachada sul. Nave. Portal.

É, pois, com base nos elementos que dão corpo a este portal que se tem vindo a propor uma cronologia bastante avançada para a edificação desta Igreja (ou, antes desta parte da Igreja?), colocada algures na transição do século XIII para o século XIV (Almeida, 1978: 233).

Francisco Craesbeeck (1992: 234) alude a uma inscrição, mas que hoje se encontra desaparecida: MCCC / OBI[it] M / ARTINUS.

Segundo o mesmo autor, este silhar encontrar-se-ia na ombreira da porta de acesso ao claustro, ou seja, do lado sul. Embora atualmente não tenhamos ideia do paradeiro desta inscrição funerária, é possível que Martinho fosse abade do Mosteiro de Mancelos. Quando em 1258, os inquiridores de D. Afonso III (1248-1279) chegam a Mancelos, a principal testemunha que ouvem é um “Martinus Martini” que, apesar de não ser explicitamente tratado como abade, devia sê-lo (Barroca, 2000: 889). Aludindo assim ao óbito de Martinus em 1262, a existência desta inscrição faz-nos ponderar sobre a importância que terá tido por então este abade, que assim terá sido memorado. Cerca de um século depois, o Mosteiro de Mancelos contribuiu com 600 libras para as Cruzadas, quantia elevada quando comparada com a que foi nesse ano de 1320 aplicada a outros mosteiros da região (Sousa, 2005: 190). Pelo exposto, concluímos desde logo da importância regional, se não mesmo nacional, que alcançou o conjunto monástico de Mancelos, pelo que uma intervenção de reconstrução ou de melhoria da fábrica já existente não nos espanta de todo nesta época. Simultaneamente, o seu caráter periférico relativamente aos grandes centros artísticos pode justificar facilmente a contenção que caracteriza a generalidade do conjunto edificado.

Adossada à galilé, a torre ostenta orgulhosamente o seu aparelho de corte medieval composto por silhares de diversas dimensões. Remata-se por uma dupla sineira na fachada principal, assente sobre cornija e que denuncia uma linguagem classicizante, fruto de uma intervenção realizada durante a Época Moderna, no século XVII ou XVIII, conforme delatam os pináculos e as pequenas aletas que a coroam. Nos alçados laterais e no posterior vemos ainda um conjunto de merlões de perfil piramidal, lembrando o caráter militar, retórico, que se quis associar a este tipo de construções. Acede-se ao interior por um portal de volta perfeita, cortado por um lintel, e no seu eixo vemos, de baixo para cima, uma estreita fresta e uma janela retangular.

O aparelho que dá corpo a esta Igreja é irregular, sendo que os seus silhares apresentam diversas dimensões, uns quadrangulares e outros retangulares. Nalguns deles identificam-se siglas, mais um elemento denunciador do caráter tardio da fábrica de Mancelos. Além dos trechos de paramentos românicos ainda visíveis nos alçados laterais, destaca-se desde logo uma cachorrada lisa, cuja forma é característica da dos modilhões cerrados de traves de madeira. Em ambos os alçados foram rasgados, nos paramentos românicos, dois janelões retangulares, caracteristicamente modernos, para melhor iluminação do espaço interior da nave. No lado sul, a meia altura da nave, uma série de modilhões acusa ter existido aí uma estrutura alpendrada. Também aqui uma porta de lintel reto permite o acesso ao interior da nave.

Não nos podemos esquecer que é este lado da Igreja que está voltado ao espaço onde em tempos existiu um claustro. É, pois, por essa razão que devemos entender a localização do arcosólio que guarda uma arca sepulcral e que se rasga ao nível do pavimento. Em 1944, Armando de Mattos referiu-se pela primeira vez a este túmulo, com “representação zoomórfica” (Barroca, 1987: 373). Mário Barroca integrou este sarcófago na família daqueles que têm



Torre sineira.

Igreja. Fachada ocidental. Portal. Mísula.



Igreja. Parede norte. Nave. Sigla.



Igreja. Fachada sul.

360

“motivos singelos” (Barroca, 1987: 373). O autor do artigo do *Guia de Portugal...* alude aos três curiosos símbolos que surgem ao lado de um medalhão figurativo: uma cruz e dois ginetes (Dionísio, 1985: 446).



Igreja. Fachada sul. Nave. Arcossólio.

Também na torre se rasgou um arco de comunicação, de volta perfeita, para permitir o acesso a este espaço, o claustro, elemento fulcral da organização de qualquer mosteiro. Uma análise da fachada da sacristia mostra-nos a presença de três arcos quebrados, hoje entaipados, que nos permitem adivinhar a adaptação de um espaço de época anterior às novas funções. Para tal con-

corre ainda a existência de uma cornija sustentada por cachorrada idêntica à da nave. Um conjunto de modilhões colocados no paramento, sobre o nível imediatamente superior aos arcos, permite-nos confirmar esta tese. Que tipo de dependência seria? Uma anterior sacristia ou até uma sala capitular? Tendo em conta o facto de ser edificada em pedraria seria certamente um dos espaços mais nobres da vida monástica. Qual, não podemos precisar. Mais uma conjectura. A adaptação deste espaço a sacristia terá ocorrido algures durante a Época Moderna conforme indica a forma da vigia, quadrilobada, e do nicho rasgados no arco central. Nos arcos das extremidades foram abertas portas de lintel reto encimadas por óculos circulares. Cremos que esta intervenção é do mesmo período da que concebeu a sineira que remata a torre.

No lado norte da nave destacam-se diversas cicatrizes no exterior do paramento, reflexo das várias transformações por que foi passando o edifício.



Igreja. Sacristia. Fachada ocidental.



Igreja. Fachada norte.



Igreja. Vista geral do interior a partir da nave.

Encerrada por uma abóbada de berço em madeira, a nave da Igreja de Mancelos é extremamente sóbria, com os seus paramentos a ostentarem o granito, totalmente visível, onde coabitam frestas de evidente sabor românico com amplos janelões característicos da Época Moderna. Encimado por uma fresta abocinada, o arco triunfal permanece como elemento remanescente da época românica. Composto por duas arquivoltas, ligeiramente quebradas, sem qualquer elemento ornamental, mostra, no entanto, os seus capitéis picados. Sobre estes, uma imposta idêntica à do portal principal. Na nave, junto ao portal, no lado esquerdo de quem entra, a pia batismal, em granito. Não ostenta qualquer elemento decorativo além do anel que delimita superiormente a base que sustenta a taça, protegida por resguardo de madeira.

Como se pode depreender do que acima foi dito, a Igreja românica do Mosteiro de Mancelos foi alvo de uma marcante intervenção durante a Época Moderna que, não só lhe atualizou a estética arquitetónica, através da abertura de vários vãos, como também lhe modernizou o mobiliário litúrgico, respondendo às novas necessidades litúrgicas e catequéticas.



Igreja. Arco triunfal e capela-mor.

## O MONUMENTO NA ÉPOCA MODERNA

O remanescente das intervenções impostas à Igreja de São Martinho de Mancelos é, em grande parte, fruto do espírito e do gosto barroco introduzidos durante o período de administração dominicana. Do tempo dos agostinhos soçobraram apenas algumas alterações arquitetónicas, tais como a abertura de vãos e a construção ou reconversão de novas áreas, nomeadamente a adaptação da antiga sala capitular a sacristia, como atrás referimos.

Por outro lado, as grandes alterações contemporâneas influíram de forma determinante na organização do espaço eclesial, determinando a sonogação de elementos decorativos e mesmo de património móvel e integrado. Este facto leva-nos a redobrar a atenção na hora de analisar e tomar como parte do percurso histórico de qualquer monumento objetos ou mesmo mobiliário que hoje se apresentam ante os nossos olhos. Dois acontecimentos particularmente importantes determinaram as marcadas alterações na organização do património eclesiástico: o Decreto n.º 24, de 30 de maio de 1834, e a Lei da Separação, de 20 de abril de 1911. Subsequentes a ambos estiveram períodos que determinaram a migração e destruição de património móvel e integrado, movimentações e atos nem sempre documentados. Na sequência do Decreto liberal de 1834, algumas alfaias foram retiradas das igrejas monásticas e distribuídas por paróquias mais necessitadas e, ao longo do século XX, as intervenções pensadas pela Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) ocasionaram a destruição ou transferência de retábulos por outros edifícios de culto. As próprias imagens, dentro da qualidade de património mobiliário, estão sujeitas a constantes mudanças, fruto de gostos coletivos e transferências dos afetos devocionais. Na ausência de inventários ou, quando estes existem, da deficiente pormenorização dos objetos, o investigador pode ser tentado a integrar no percurso histórico do edifício elementos que não se enquadram (ou fazem-no tardiamente) no contínuo cronológico da estrutura. Como tal, é com particular prudência que devemos assumir a inclusão do património atualmente afeto ao monumento, privilegiando, acima da sua descrição formal, a explicação factual para a sua presença no acervo considerado.

No interior de Mancelos, as modificações impostas ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX determinaram o aspeto sóbrio da sua ornamentação. Da campanha barroca resta apenas o retábulo maior que, dentro do espírito joanino, ocupa toda a parede cabeceira da capela maior. Aqui, uma modesta tribuna de quatro degraus e trono, sobrepujada por sanefa e ladeada por quatro colunas torsas, marca a centralidade da estrutura, para onde se dirige a atenção do fiel, quer durante a liturgia, quando o sacerdote retira do sacrário o alimento sagrado, quer ainda durante a exposição do Santíssimo Sacramento sobre o trono.

Entre as colunas, em quatro mísulas, alçam-se as imagens do padroeiro, São Martinho de Tours, São Francisco de Assis, São Domingos de Gusmão e São Gonçalo de Amarante. São esculturas cujo arco cronológico se reparte entre a segunda metade do século XVII e a segunda metade do século XVIII. A iconografia de cada uma não extravasa os cânones habituais: o seiscentista São Martinho é representado como bispo, com báculo e mitra, e São Francisco apresenta-se numa das suas figurações pós-tridentinas mais comuns, a de um asceta meditativo cujo olhar se perde entre o crucifixo e a caveira, símbolos da perenidade e da fragilidade humana.



Do lado da Epístola, São Domingos de Gusmão e São Gonçalo salientam a presença dominicana. O primeiro, com a sua representação habitual, traja com hábito alvo da ordem dos Pregadores e segura, na mão direita, uma cruz e, com a esquerda, um livro de capa vermelha, tendo aos seus pés um pequeno cão de cor castanha. O beato amarantino, designado popularmente por São Gonçalo, pousa sobre uma ponte de dois arcos, sendo no traje, pose e atributos semelhante ao patriarca da sua ordem.

Ao longo da nave três altares, dois colaterais e um lateral, albergam devoções contemporâneas representadas pelas modernas imagens da Virgem do Rosário de Fátima, Sagrado Coração de Jesus e Virgem das Dores. Este retábulo de título mariano alberga ainda um Cristo jacente, escultura de roca do século XVIII. Todavia, é natural que a modernidade das invocações indique não só mudanças espirituais, mas alterações ao nível do património, como sugere o acervo escultórico e pictórico disperso pela Igreja. As imagens da Virgem do Rosário (século XVIII), Virgem da Lapa (século XVIII) e Santo António, podem ter constituído objetos de devoção entretanto apeados dos altares. Embora não exista memória paroquial de 1758 para esta freguesia (talvez pela sua condição de filial de São Gonçalo), alguns anos antes, em 1726, o cronista Francisco Craesbeck descreveu-a como “templo antigo”, com “sacrario e boa capella-mor”. Mencionou, ainda, o altar de Nossa Senhora do Rosário e respetiva confraria, a que acrescentou outra, dedicada ao Senhor (Craesbeck, 1992: 233).



Igreja. Capela-mor. Retábulo-mor.



Igreja. Nave. Parede sul. Pintura. *São Domingos servido à mesa por anjos*.

No respeitante à pintura da Igreja de São Martinho que, para além de monástica constituía a paroquial da freguesia e couto de Mancelos, devemos salientar a existência de um interessante acervo hoje disperso pelo espaço eclesial. Não obstante desconhecermos a posição original dos quadros, que a documentação existente não refere ou omite, devemos supor que sejam o resultado das modificações modernas ou contemporâneas, de que os retábulos da nave são testemunhos.

Ao longo do corpo e da capela-mor encontram-se expostas seis pinturas a óleo, cinco sobre madeira de castanho e uma sobre tela de linho<sup>8</sup>. Esta, a maior de todas (93 centímetros de altura por 168 centímetros de largura), representa uma refeição coletiva, onde participam 12 religiosos, servidos de pão e vinho por dois anjos e vigiados por dois cães que parecem aguardar a sua vez para receber alimento. A cena é tão inusitada como é a presença da tela na parede sul da Igreja. Claramente não foi encomendada para o espaço eclesial, podendo conjecturar-se que fosse destinada ao refeitório ou a outra área assistencial do complexo monástico.

É uma obra do século XVIII e parece retratar o milagre vulgarmente designado como *São Domingos servido à mesa por anjos*<sup>9</sup>. Esta representação adultera, em parte, a narrativa que aparece nas hagiografias de São Domingos, segundo a qual cerca de 40 irmãos, reunidos no convento de São Sisto, em Roma (Itália), não tinham um dia o que comer, salvo um pão que o orante São Domingos fez cortar e distribuir em pequenos pedaços. O consolo do mestre incitou os seus irmãos a sentarem-se e a ouvir em silêncio as leituras sagradas, enquanto se preparavam para consumir os parcós sobejos. Após a bênção de Domingos e a sua oração, “apareceram de repente, no meio do refeitório, dois formosíssimos jovens que carregavam alvíssimos panos cheios de

<sup>8</sup> Estas pinturas não integram o conjunto de móveis descritos no inventário de bens culturais, datado de 1937 (PORTUGAL. Ministério das Finanças – Secretaria-geral – Arquivo. Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais, distrito do Porto, concelho de Amarante, arrolamento dos bens culturais de Mancelos (Arquivo/CJBC/PTO/AMA/ARROL/027), fls. 1-5).

<sup>9</sup> O verbete do inventário da diocese do Porto designa-o incorretamente *Ceia no Santo Sepulcro em Roma* e indica 11 em vez de 12 clérigos (Costa, 2008).

pão” (Vieira, 1987: 68)<sup>10</sup>. Na pintura de Mancelos são 12 os intervenientes, querendo, talvez, o pintor transpor ou sobrepor para esta cena a da Última Ceia e acentuar, assim, o papel de imitador de Cristo que Domingos parece assumir ao longo da sua vida. A presença de certos elementos mundanos, como os cães, ou a visível dissemelhança entres os freires, pode significar a transposição para a cena de elementos e indivíduos do quotidiano, ao gosto da época e dos encomendadores da obra.

Na mesma parede sul, uma pintura a óleo sobre madeira com a tradicional representação do mártir *São Sebastião*, desnudo e sagitado, podia integrar um conjunto retabular, entretanto destruído. A pintura, datável do século XVII, prejudicada por repintes e intervenções posteriores, exhibe um jovem efeminado, cujo deficiente tratamento anatómico assinala trabalho de artífice menor. Na parede oposta uma interessante representação da *Virgem do Rosário* recorda a devoção, frequentíssima nas igrejas paroquiais, mas particularmente relevante para os dominicanos que a tomaram na prédica e evangelização com especial acalento.

Embora a disseminação da devoção ao Rosário seja amiúde atribuída a São Domingos, foi outro pregador, o francês Alain de la Roche (1498) que a estimulou, tendo escrito a obra *De dignitate et utilitate psalterii...*, onde exalta a oração pelos mistérios de Cristo e de Sua Mãe.

Nesta pintura, e ao contrário da habitual inclusão do rosário como acessório que lhe pende geralmente da mão, a Virgem apresenta-se envolta numa orla amendoada formada por rosas. Ao seu colo contorce-se o Menino Jesus que, debruçado sobre o braço direito de sua Mãe, deixa cair algumas flores sobre uma figura masculina, cujo meio corpo assume do canto inferior esquerdo, em jeito de agradecimento pela dádiva e em pose de veneração. Trata-se, com certeza, do encomendador ou patrono desta obra, fidalgo de seiscentos, cujas cores e forma do traje denunciam.

Na capela-mor alçam-se três pinturas: do lado da Epístola, uma de *Santo António* e uma que o inventário da Diocese do Porto designa por “São Tomás de Aquino”; do lado do Evangelho, *São Martinho em cátedra*.

É provável que a representação de *São Martinho* como bispo sedente munido das respetivas insígnias de prelado constitua o sobejo de um retábulo anterior ao período quinhentista, ou seja, do mesmo período da presença agostiniana em Mancelos. Constitui um dos melhores exemplos de pintura ao gosto renascentista, cujos modelos perduraram tardiamente entre oficinas e artistas locais ou regionais.

Quanto ao pretense *São Tomás de Aquino*, não podemos deixar de assinalar a estranheza desta representação: sentado a uma mesa presidida por um crucifixo e onde se distribuem um tinteiro, pena e três livros, encontra-se um frade da ordem dos Pregadores que maneja um dos alfarrábios, apontando no outro certas passagens. As representações mais frequentes de São Tomás, também conhecido por *doctor angelicus*, apresentam-no geralmente mais corpulento e velho, acompanhado da pomba do Espírito Santo, umas vezes com cinto de castidade, guarnecido por uma estrela ou um sol, e, menos frequentemente, transportando uma maqueta de templo, sinal do seu estatuto como Doutor da Igreja (Réau, 2002: 282). A representação de Mancelos mostra-no-lo com uma aparência relativamente jovem e sem qualquer sinal de santidade, nomeadamente o nimbo.

<sup>10</sup> O milagre é narrado pela irmã Cecília Romana, O. P., no conjunto de milagres ocorridos em Roma (Itália). Também frei Constantino Orvieto (1988) integra esta fantástica ocorrência na “legenda” que redigiu sobre a vida de São Domingos, assim como a *Legenda aurea*, de Jacobus de Voragine (1480), embora nenhuma das narrativas se refira especificamente aos anjos.





Igreja. Nave. Parede sul. Pintura. *São Sebastião*.



Igreja. Capela-mor. Parede norte. Pintura. *São Martinho*.

Poderia tratar-se, portanto, de um retrato de qualquer indivíduo ligado à ordem dominicana com especial relevância para a Igreja de Mancelos. Alguém justamente reconhecido pela sua cultura ou intelectualidade. Mas o que nos suscita mais dúvidas quanto à identificação da figura representada é a mitra colocada junto à mesa de leitura. A posição deste adereço simboliza resignação ou recusa em receber a cátedra. Embora quer o dominicano Santo Alberto Magno (outro potencial nome para a identificação), quer Tomás de Aquino estejam ligados a casos de resignação, em cada um deles são evidentes os sinais de santidade que neste caso não existem. De resto, Santo Alberto é invariavelmente paramentado com as insígnias episcopais e sobre São Tomás de Aquino não se conhecem alusões ao estatuto episcopal, que nunca chegou a auferir.

Creemos, portanto, poder tratar-se de uma representação de *frei Bartolomeu dos Mártires* (1514-1590), cuja biografia nos informa ter estado particularmente ligado à edificação do convento de São Gonçalo, para o qual contribuíram os réditos de Mancelos. Como se sabe, frei



Igreja. Nave. Parede sul. Pintura. *Frei Bartolomeu dos Mártires* (?).



Igreja. Capela-mor. Parede sul. Pintura. *Santo António*.

Bartolomeu resignou à mitra de Braga em 1582, na sequência das Cortes de Tomar. Era homem culto, cuja participação no Concílio de Trento deixou marcas reconhecidas na cristandade de então. E como foi apenas considerado venerável no século XIX e só muito recentemente (em 2001) canonizado, tal poderia explicar a ausência de sinais identificativos de venerabilidade.

A representação tardia, pela mão de artífice pouco conhecedor da episcopal figura, elaborada num período em que aumentava o interesse por frei Bartolomeu (século XVII)<sup>11</sup>, cujas virtudes o coroaram de santidade mesmo antes do seu reconhecimento oficial, justificará assim a presença deste quadro em Mancelos.

<sup>11</sup> As biografias laudatórias de escritores da ordem dominicana e o interesse popular na figura de frei Bartolomeu, a quem se atribuíam intervenções miraculosas, coincidem com o período em que esta pintura terá sido elaborada (Santos, 2004: 35-41).

## AS INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS

**E**m 1864 vemos o pároco de Mancelos a responder ao inquérito enviado a todas as freguesias do bispado do Porto, no âmbito da incumbência feita a Victor Le Cocq pelo Ministério das Obras Públicas de confeccionar um mapa relativo ao estado de conservação de todos os edifícios, respetiva reparação e despesas autorizadas, que estavam a cargo daquele Ministério (Rosas, 1995: 511 e ss). Desses edifícios faziam parte os que eram considerados monumentos, as igrejas paroquiais e capelas públicas, entre outros.

O pároco de Mancelos, Joaquim Lopes de Carvalho, considerou então que o estado da Igreja paroquial era “deplorável”<sup>12</sup>. Comunica o relator existir no arquivo da paróquia “hum manuscrito muito antigo que diz ter sido” a Igreja de Mancelos “fundada antes da aclamação do Santo Rei D. Affonso Henriques”. Além disso, considera ser a torre “obra dos Mouros”, aspeto que acentua a simbologia e a retórica que sempre se colou a este tipo de elementos quando construídos em associação com um edifício de origem religiosa. Esta valorização da antiguidade do monumento, algo lendária até, corresponde bem ao espírito romântico da época. O padre Joaquim relevou ainda o portal principal, que está firmado “em oito colunas e antes desta porta tem hua ante egreja ou Galilé”<sup>13</sup>.

Até à data desconhecemos se, na sequência deste Inquérito, foi realizada alguma obra de conservação da Igreja de Mancelos. Só no século XX é que voltamos a ter notícias institucionais relativas a este monumento. Em primeiro lugar, porque foi apenas no início da década de 1930 que foi classificado como Imóvel de Interesse Público<sup>14</sup>. A importância do conjunto monástico remanescente, cuja estrutura conventual se encontra hoje em mãos privadas e adaptada a funções residenciais, justificou que, anos mais tarde, por Portaria, se definisse uma Zona Especial de Proteção (ZEP) (Passos, 1989: 181). Conforme especifica a Lei de Bases de Proteção do Património Cultural, “as zonas de protecção [ZEP] são servidões administrativas, nas quais não podem ser concedidas pelo município, nem por outra entidade, licenças para obras de construção e para quaisquer trabalhos que alterem a topografia, os alinhamentos e as cêrceas e, em geral, a distribuição dos volumes e coberturas ou o revestimento exterior dos edifícios sem prévio parecer favorável da administração do património cultural competente”<sup>15</sup>. As ZEP podem incluir zonas *non aedificandi*<sup>16</sup>.

Em 1945, o então pároco de Mancelos, Joaquim Teixeira Soares Moreira, dirige-se à Direção de Monumentos do Norte no sentido de sensibilizar esta instituição para o avançado estado de degradação em que se achava a Igreja de Mancelos, necessitada que estava de “reparações

12 Carvalho, Joaquim Lopes de – Missiva de 19 de outubro de 1864. IRHU/ Arquivo ex-DGEMN/DREM, Cx. 3216/3. Correspondência igrejas do concelho de Amarante. 1864-1867.

13 Idem.

14 DECRETO n.º 24 347. D.G. *Série I*. 188 (34-08-11) 1513.

15 Art.º 43, alínea 4, LEI n.º 107. D.R. *Série I - A*. 209 (2001-09-08) 5815.

16 Art.º 43, alínea 3, Idem.

urgentes”<sup>17</sup>. A principal causa apontada é precisamente a chuva. No sentido de agilizar o processo, o pároco alude à disponibilidade do povo da freguesia em fornecer madeira e fazer, gratuitamente, os “carretos dos materiais a aplicar”.

No ano imediato foram apuradas as principais obras a realizar<sup>18</sup>:

- “– Total apeamento e nova reconstrução dos telhados que cobrem a Igreja e seus anexos, incluindo a armação apropriada.
- Demolição total do actual côro, que se considera impróprio.
- Consolidação de cantaria, incluindo a substituição de algumas pedras.
- Reconstrução de pavimento, caixilharias, pinturas várias, etc.”

No entanto, por falta de dotação<sup>19</sup>, não foram estas obras imediatamente iniciadas, pelo que, em 1949, o pároco de Mancelos volta a interpelar o Diretor dos Monumentos do Norte no sentido de que as obras fossem de facto avante<sup>20</sup>. Mas foi só na transição da década de 1960 para a seguinte que foram iniciados os trabalhos de restauro em Mancelos (Noé, 1997).

Notamos um cuidado especial posto na compreensão da fachada da sacristia, voltada ao antigo claustro. Foram até feitas sondagens nos seus arcos, tendo-se chegado à conclusão de “ser impossível encontrar-se qualquer solução para restauro desta fachada”<sup>21</sup>. Ponderou-se mesmo abrir os arcos quebrados, hoje ainda entaipados, “apenas agasalhando o aposento interior um alpendre suportado pelos cachorros existentes na fachada e respectivos pilares”<sup>22</sup>.

Além dos trabalhos discriminados em 1946, a maior parte dos quais apenas concretizados entre os anos de 1979 e 1985, destaquemos a eliminação da grande sanefa em talha que encimava o arco triunfal. Acrescentemos agora que no muro envolvente do mesmo arco ainda são visíveis marcas que testemunham ter estado aí cravado este elemento ornamental em talha. Aludimos já aos capitéis picados do arco triunfal. Embora as fotografias anteriores a esta intervenção não permitam afirmar com clareza, parece-nos, no entanto, que estes mesmos capitéis tinham apenso um elemento em talha dourada que criava ele próprio um capitel. Detetamos um especial cuidado posto pela Comissão Fabriqueira de Mancelos no restauro do interior, onde deitaram “a cal abaixo nas paredes, para de imediato fazerem o rústico das mesmas”<sup>23</sup>. Foi demolido o coro. Até então o interior da galilé estava caiado a branco.

A obra, financiada pela própria paróquia, foi feita, por administração direta, pela referida Comissão Fabriqueira, devidamente acompanhada pelos técnicos dos Serviços da DGEMN<sup>24</sup>. Além dos trabalhos já referidos, incluiu ainda o restauro da torre, a beneficiação das cober-

17 Moreira, Joaquim Teixeira Soares – Missiva de 13 de janeiro de 1945. SIPA.TXT.00899774. PT DGEMN:DSARH-010/026-0080 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT011301230006].

18 Ofício n.º 3088 de 20 de setembro de 1946. SIPA.TXT.00899777. Idem.

19 Ofício n.º 84 de 6 de janeiro de 1950. SIPA.TXT.00899788. Idem.

20 Moreira, Joaquim Teixeira Soares – Missiva de 25 de dezembro de 1949. SIPA.TXT.00899787. Idem.

21 Memória de 17 de março de 1964. SIPA.TXT.00623687 e SIPA.TXT.00623688. PT DGEMN:DSID-001/013-1820/3 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT011301230006].

22 Idem.

23 Moreira, António M. C. – Missiva, 9-11-83. IRHU/ Arquivo ex-DGEMN/DREMNI/DM – DGEMN:DREMNI-2415.

24 Relatório, 18 de março de 1985. Idem.



turas, a remodelação interior da sacristia, o início da instalação elétrica e a beneficiação dos pavimentos da Igreja<sup>25</sup>. A conclusão destes trabalhos só ocorreu em 1988, agora com financiamento estatal.

Deu-se ainda uma atenção especial à torre sineira que ostentava “ao nível do adarve um campanário de duas ventanas (...) um barraco para abrigo do sineiro, que além de inestético”, constituía então um perigo eminente tendo em conta o grau de apodrecimento dos madeiramentos que lhe davam corpo<sup>26</sup>. Decidiu-se, ainda, construir uma escada no interior da torre tendo como base o nível dos pavimentos primitivos, aproveitando assim “os rasgos das paredes onde deviam ter sido embarbados os travejamentos primitivos”<sup>27</sup>.

Em 2010, o Mosteiro de São Martinho de Mancelos integrou a Rota do Românico. É no seguimento deste novo enquadramento institucional que foi elaborada uma proposta de conservação, salvaguarda e valorização do imóvel (Costa, 2012). [MLB / NR]

372



Igreja. Nave antes das intervenções da DGEMN (1968).  
Fonte: arquivo IHRU.



Igreja. Fachada ocidental. Galilé e portal antes das intervenções da DGEMN (1954). Fonte: arquivo IHRU.

25 Ofício n.º 614 de 28 de junho de 1988. Idem.

26 Memória de 17 de março de 1964. SIPA.TXT.00623687 e SIPA.TXT.00623688. PT DGEMN:DSID-001/013-1820/3 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [N.º IPA PT011301230006].

27 Idem.

## CRONOLOGIA

1120: o Mosteiro de Mancelos já existia como casa de cónegos regantes de Santo Agostinho;

1129-1152: documentado entre estas datas, D. Raimundo Garcia, da linhagem dos Portocarreiros, terá feito uma doação a Mancelos;

Séculos XIII-XIV: cronologia atribuível aos vestígios românicos remanescentes;

Século XIV: Mancelos era comenda do arcebispo de Braga;

1320: a Igreja de Mancelos foi taxada em 600 libras para apoio das Cruzadas;

1540: doação da Igreja de Mancelos, por D. João III, ao convento de Amarante, da ordem dos Pregadores;

1542: o papa Paulo III confirma a doação feita por D. João III;

Séculos XVII-XVIII: registam-se intervenções no património integrado e móvel da Igreja de Mancelos, nomeadamente a conceção do retábulo-mor e respetiva imaginária;

1864: o pároco de Mancelos, Joaquim Lopes de Carvalho, considerou "deplorável" o estado do edifício;

1934: a Igreja de Mancelos é classificada como Imóvel de Interesse Público;

Década de 1960: deu-se início aos trabalhos de restauro;

1979: é definida uma Zona Especial de Proteção em torno do conjunto monástico de Mancelos;

1979-1985: obras de conservação a cargo da Comissão Fabriqueira de Mancelos;

2010: o Mosteiro de Mancelos passa a integrar a Rota do Românico.

## BIBLIOGRAFIA E FONTES

[S.a.] – *Mosteiro de Mancelos / Igreja paroquial de Mancelos / Igreja de São Martinho. Interior: nave e capela-mor* [Material fotográfico]. Amarante: [s.n., 1968]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00001094, FOTO.0059388.

\_\_\_\_\_ – *Mosteiro de Mancelos / Igreja paroquial de Mancelos / Igreja de São Martinho. Interior: pórtico para a capela-mor* [Material fotográfico]. Amarante: [s.n., 1954]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00001094, FOTO.0059341.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Arquitectura românica de Entre Douro e Minho*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1978. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

BARROCA, Mário – *Epigrafia medieval portuguesa: 862-1422*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

\_\_\_\_\_ – *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho: séculos V a XV*. Porto: Universidade do Porto, 1987.

BARROS, João de – *Colecção de manuscritos inéditos agora dados à estampa V: geographia d'entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1919.

CASTRO, João Bautista de, padre – *Mappa de Portugal antigo e moderno*. Lisboa: Off de Francisco Luiz Ameno, 1762.

COSTA, Jorge – *Igreja de Mancelos e Adro, Mancelos, Amarante: conservação, salvaguarda e valorização geral do Imóvel: memória descritiva*. Porto: Direção Regional de Cultura do Norte – Direção de Serviços dos Bens Culturais, 2012. Texto policopiado.

COSTA, José Augusto Coelho Abreu – *Ceia no Santo Sepulcro em Roma* PMA0.0116 [Em linha]. Porto: Diocese do Porto, 2008. [Consult. 26 de fevereiro de 2012]. Disponível em [www: <URL: http://inweb.bcdp.org>](http://inweb.bcdp.org).

CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *Memórias ressuscitadas da província de Entre-Douro-e-Minho no ano de 1726*. Ponte de Lima: Carvalhos de Basto, 1992.

DECRETO n.º 24 347. *D.G. Série I*. 188 (34-08-11) 1513.

DECRETO n.º 24. *Secretário de Estado Interino dos Negócios de Justiça*. (1832-05-16).

DIONÍSIO, Sant'Ana – *Guia de Portugal: Entre-Douro-e-Minho I: Douro Litoral*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

LEI [da Separação do Estado das Igrejas]. *D.G. 92* (1911-04-21) 1619-1624.

LEI n.º 107. *D.R. Série I - A*. 209 (2001-09-08) 5815.

LOIS GARCÍA, Xosé – *Simbologia do românico de Amarante*. 2.ª edição. Amarante: Edições do Tâmega, 1997.

MARQUES, José – *A arquidiocese de Braga no séc. XV*. Lisboa: INCM, 1988.

\_\_\_\_\_ – Os itinerários do arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra: 1417-1467. *Revista de História*. Vol. 1 (1978) 89-182.

MATTOS, Armando de – *Sepulturas medievais de origem popular*. *Museu*. Vol. 3 (1944).

NOÉ, Paula (atualização) – *Mosteiro de Mancelos/Igreja paroquial de Mancelos/Igreja de São Martinho* PT011301230006 [Em linha]. Lisboa: IHRU, 1997. [Consult. 26-02-2012]. Disponível em www: <URL: <http://www.monumentos.pt>>.

OLIVEIRA, Miguel – *As paróquias rurais portuguesas*. Lisboa: [União Gráfica], 1950.

ORVIETO, Constantino de, frei – *Fontes dominicanas: legenda de São Domingos*. Fátima: Secretariado Provincial, 1988.

PASSOS, José Manuel Silva, comp. – *Zonas especiais de proteção*. Lisboa: Associação dos Arquitetos Portugueses, 1989.

PORTARIA n.º 332. D.R. Série I. 156 (79-07-09) 1467-1468.

PORTUGAL. Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território – IRHU/Arquivo ex-DGEMN – *Processos vários*, N.º IPA PT011301230006 [Em linha]. Disponível em www: <URL: <http://www.monumentos.pt>>.

PORTUGAL. Ministério das Finanças – Secretaria-geral – Arquivo – Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais, distrito do Porto, concelho de Amarante, arrolamento dos bens culturais de Mancelos (Arquivo/CJBC/PTO/AMA/ARROL/027), fls. 1-5.

RÉAU, Louis – *Iconografia del arte cristiano: iconografia de los santos: de la P a la Z - Repertorios*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002.

RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1810-1836.

ROCHE, Alain de la – *De dignitate et utilitate psalterii b. Mariae virginis*. [Marifred monastery near Gripsholm, Sigfridus], 1498.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso – *Monumentos pátrios: a arquitectura religiosa medieval – património e restauro: 1835-1928*. Porto: Universidade do Porto, 1995. Dissertação de doutoramento em história da arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2 vols. Texto policopiado.

SANTOS, Miguel, frei, O. P. – Beatificação de D. frei Bartolomeu dos Mártires e os dominicanos. *Cadernos Vianenses*. N.º 34 (2004) 35-41.

SÃO PAIO, Luiz de Mello Vaz de – Os naturais: séc. XIII e XIV. *Raízes e Memórias*. Lisboa. N.º 1 (1987) 45-71.

SOTOMAYOR-PIZARRO, J. A. de – *Linhagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias: 1279-1325*. Porto: Universidade do Porto, 1997. Dissertação de doutoramento em história da Idade Média na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e, coord. – *Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento: guia histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

VIEIRA, Alberto Maria – *Processo de canonização de São Domingos de Gusmão fundador da ordem dos Pregadores*. Fátima: Secretariado Provincial, 1987.

VORAGINE, Jacobus de – *Legenda aurea*. Veneza: Antonio de' Strada e Marco Catanello, 1480.